

Governo prepara fugas à Lei para despedir Funcionários Públicos?

O Governo prepara mais um ataque à Administração Pública. Porventura o mais violento de todos.

Assim não há independência que resista!

No passado Sábado, o Ministro das Finanças deu, no Algarve, o pontapé de saída para o estratagema a introduzir. Deu conta de que o Governo iria avançar com **um mecanismo, com custos sociais, que permita tornear aquilo que a Lei não autoriza a fazer: Despedimentos na Administração Pública.**

O Ministro teve o cuidado, provavelmente porque a matéria ainda não estava devidamente madura, de não entrar em pormenores. Mas, no Conselho de Ministros desta semana já se prepara para transformar as ideias em actos porque - em seu entender - **há que reduzir o número dos funcionários públicos.**

E isto quando se sabe que, em termos europeus, Portugal não tem funcionários a mais!

Entretanto, alguns meios mais próximas do Governo já fizeram saber alguns pormenores que o Ministro não quis avançar. **Os chamados critérios.** A saber: **idade, avaliação e tempo de serviço.** Claro que os ditos meios não falam em **competência ou ausência dela,** devidamente comprovadas na actuação dos serviços, porque isso corresponderá a um desencadear mais técnico do processo para o qual o Governo não estará virado porque isso lhe poderia comprometer as contas de quem despedir. O resto assegura

uma maior margem de manobra para a assunção de compadrios mais ou menos encapotados.

Claro que o STE não critica o Ministro que tem as suas ideias. Se é Ministro é mesmo para as ter. O que o STE critica é que o Ministro esteja a congeminar tudo isto nas costas dos sindicatos e só depois de ter a proposta subscrita pelos seus pares, **do tipo pegar ou largar**, é que na sexta-feira vai ter reuniões com as associações sindicais.

Reuniões que, assim de pouco servirão porque o Governo, **do alto da sua autocracia**, já decidiu.

Num País de regime democrático instituído estamos assim conversados...
Tudo sacrificado a meros e inqualificáveis actos de propaganda!

E o que têm para dizer, perante isto, os deputados? E o Senhor Presidente da República tão naturalmente preocupado com a **inclusão**, mas que tem aqui um caso flagrante de **exclusão** social em que o poder procura excluir não só os sem voz, mas também aqueles que, alguma tendo embora, nem sequer lhes é dado tempo para estudar e opinar.

Estamos perante jogo viciado e por isso antecipadamente o STE não pode deixar de lavrar o seu protesto. Um Governo que quer fugir à própria Lei e adulterá-la nas barbas de todos nós!...

Que legalidade afinal é a nossa?

LISBOA, 2006-05-31

A DIRECÇÃO

